

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC

Termo de Referência 167/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
167/2025	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC	ARLEM VIEIRA CAVALCANTE	28/01/2026 12:08 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	40/2025	23107.022576/2025-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de **serviços continuados de locação de purificadores de água, bebedouros industriais acessíveis, filtros industriais e dosadores automático**, visando suprir as necessidades de consumo de água potável de toda a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Acre (UFAC) - Campus Sede e Campus Floresta, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mediano	Valor Mensal	Valor Anual
1	Locação de purificadores de água, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e limpeza, além de todo o material necessário ao seu regular funcionamento.	450978	Purificador	190	R\$ 340,00	R\$ 64.600,00	R\$ 775.200,00
2	Locação de bebedouros industriais acessíveis,		bebedouro	40	R\$ 865,00	R\$ 34.600,00	R\$ 415.200,00

3	Locação de Filtro industrial		Filtro	18	R\$ 725,00	R\$ 13.050,00	R\$ 156.600,00
4	Locação de Dosador automático		dosador	18	R\$ 475,00	R\$ 8.550,00	R\$ 102.600,00
TOTAL						R\$ 120.800,00	R\$ 1.449.600,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. A presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no item 9 deste Termo de Referência.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a necessidade de fornecimento de água potável é permanente e essencial ao funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Acre.

Prazo de vigência

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato ou da emissão da primeira ordem de serviço, conforme o que ocorrer primeiro, **prorrogável por períodos sucessivos de até 12 (doze) meses**, nos termos dos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010):
- 4.1.1. Os equipamentos com sistema de refrigeração deverão utilizar gás ecológico (livre de CFCs e HCFCs), que não cause impacto à camada de ozônio;
- 4.1.2. Deverão ser priorizados equipamentos de alta eficiência energética, com selo de conformidade do INMETRO, visando à redução do consumo de energia elétrica;
- 4.1.3. A contratada será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de todos os refis, peças e componentes substituídos, conforme a Lei nº 12.305/2010 e as normas da ABNT, devendo comprovar a destinação ambientalmente correta mediante relatório técnico trimestral.
- 4.1.4. O contrato deverá contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:

ODS 6 – Água potável e saneamento;

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis;

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não será admitida a indicação de marca ou modelo específico neste Termo de Referência, de forma a **garantir a ampla competitividade** e observância ao art. 42, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. poderão ser mencionadas **características de desempenho ou padrões mínimos de qualidade** (por exemplo, certificação INMETRO e conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021), **com caráter meramente referencial e não restritivo**, conforme fundamentado no ETP nº 120/2025.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº **23107.022576/2025-00**, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/~~marcas~~: [A4]

4.3.1 Não será admitido o fornecimento ou instalação de **equipamentos que não possuam certificação compulsória do INMETRO** ou que **utilizem substâncias refrigerantes danosas ao meio ambiente**, como **R-22 (HCFC)**, **R-12** ou equivalentes.

4.3.2. Serão rejeitados produtos sem identificação clara do fabricante ou sem garantia de procedência;

4.3.3. Serão rejeitados equipamentos que não atendam às normas de **acessibilidade (NBR 9050/2015)**;

4.3.4. Serão rejeitados equipamentos que não cumpram os requisitos de potabilidade definidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021**.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **considerando tratar-se de serviço comum e continuado, de baixo risco contratual e execução rotineira, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025**.

Instalação de escritório

4.7. Considera-se **imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados** que a empresa possua **estrutura física, posto técnico, filial ou escritório operacional instalado nos municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC**, de modo a garantir o cumprimento dos prazos contratuais de manutenção e substituição dos equipamentos.

4.7.1. A exigência justifica-se pela **distribuição geográfica dos equipamentos** entre os campi da Universidade Federal do Acre, conforme o **item 8.2** do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025, que prevê a instalação de **190 unidades no Campus Sede (Rio Branco)** e **50 unidades no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul)**, além de filtros e dosadores automáticos distribuídos em **13 poços/reservatórios no Campus Sede** e **5 no Campus Floresta**.

4.7.2. Nos termos dos **itens 2.2.1 a 2.2.3** do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025, a contratada será integralmente responsável pela **instalação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de peças, componentes, refis e insumos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos**, o que demanda **suporte técnico imediato e disponibilidade local de equipe e materiais**.

4.7.3. O **item 5.4** do ETP estabelece prazos máximos de **24 (vinte e quatro) horas para o primeiro atendimento** e **48 (quarenta e oito) horas para substituição de equipamentos**, além de **5 (cinco) dias úteis para a instalação inicial**, o que reforça a necessidade de **bases operacionais instaladas nos dois municípios** para garantir o cumprimento contratual.

4.7.4. Conforme o **item 6.2** do ETP nº 120/2025, o modelo de contratação adotado consiste em **serviço gerenciado e continuado de locação com manutenção inclusa**, exigindo **estrutura técnica permanente, estoque de peças e equipe capacitada** para pronta resposta.

4.7.5. A exigência de estrutura local **não restringe a competitividade**, podendo ser atendida por **sede própria, filial registrada ou posto técnico terceirizado**, desde que comprovadamente apto a prestar atendimento presencial dentro dos prazos contratuais.

4.7.6. Tal medida visa **garantir a continuidade do fornecimento de água potável**, a **eficiência operacional** e a **mitigação de riscos contratuais**, conforme os princípios previstos nos **arts. 11, 25 e 40 da Lei nº 14.133/2021**, no **art. 25, §3º, da IN SEGES nº 58/2022**, e na **conclusão do item 13** do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025, que reforça a necessidade de estrutura adequada para assegurar a execução eficiente do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias **úteis**, contados **da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, o que ocorrer por último**, conforme previsto no **item 5.4** do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025 e nos termos do **art. 105, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Os serviços compreendem a **instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos, fornecimento de peças e insumos, limpeza interna e higienização dos purificadores e bebedouros industriais acessíveis**, conforme descrito nos **itens 2.2.1 a 2.2.4 e 6.3.5 a 6.3.7** do ETP nº 120/2025..

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- **Instalação inicial:** até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço;
- **Manutenção corretiva:** atendimento em até **24 (vinte e quatro) horas** a partir da abertura do chamado técnico;
- **Substituição de equipamento:** até **48 (quarenta e oito) horas** após o atendimento técnico, caso o reparo não seja possível;
- **Troca de refis:** a cada **6 (seis) meses**, ou sempre que identificada alteração no gosto, vazão ou qualidade da água;
- **Apresentação de laudos mensais de potabilidade:** até o **5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente**, emitidos por **laboratório credenciado**, comprovando o atendimento à **Portaria GM/MS nº 888/2021**;
- **Relatórios técnicos trimestrais:** consolidando todas as intervenções, substituições e medições realizadas no período.

5.1.4. A contratada deverá manter **canal de atendimento dedicado (telefone e e-mail)** para abertura de chamados técnicos, funcionando em horário comercial, de segunda a sexta-feira, conforme item **5.4** do ETP nº 120/2025.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências da **Universidade Federal do Acre – UFAC**, abrangendo o **Campus Sede (Rio Branco/AC)** e o **Campus Floresta (Cruzeiro do Sul/AC)**, conforme distribuição indicada no **item 8.2** do ETP nº 120/2025.

5.3. O horário de execução será de **segunda a sexta-feira, das 8h às 18h**, podendo ser estendido ou ajustado em casos de urgência, mediante autorização da fiscalização do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

- a) **Instalação e fixação dos equipamentos** nos locais designados pela UFAC, conforme padrões técnicos e de segurança aplicáveis (item 6.3.4 do ETP nº 120/2025);
- b) **Manutenção preventiva** semestral, incluindo limpeza, higienização, inspeção elétrica e substituição de refis;
- c) **Manutenção corretiva** imediata mediante solicitação, dentro dos prazos definidos;

d) **Monitoramento da qualidade da água** e comunicação de anomalias à fiscalização;

e) **Apresentação de relatórios trimestrais** de manutenção, contendo registros de atendimentos, substituições e descarte de refis e peças, em conformidade com a **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

f) **Apresentação de laudos mensais de potabilidade da água**, emitidos por **laboratório credenciado**, comprovando o atendimento aos parâmetros físico-químicos e microbiológicos exigidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021**, devendo os resultados ser encaminhados à fiscalização até o **5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente**.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:[A6]

5.4.1. Deverão ser fornecidos, **em regime de locação**, os seguintes equipamentos e acessórios:

a) **Purificadores de água** com capacidade mínima de refrigeração de **4 litros/hora**;

b) **Bebedouros industriais acessíveis**, com capacidade de atender **no mínimo 150 pessoas por hora**;

c) **Filtros industriais e dosadores automáticos**, compatíveis com o volume de abastecimento dos poços e reservatórios da UFAC;

d) **Refis, peças e componentes de reposição originais ou compatíveis**, incluindo elementos filtrantes, conexões, mangueiras e válvulas;

e) **Materiais e insumos de limpeza e higienização interna dos equipamentos**, conforme recomendações de fabricantes e normas da ABNT;

f) **Equipamentos de medição de qualidade da água**, quando necessário à emissão dos **laudos mensais de potabilidade**, previstos no item 5.3.1, alínea "f".

5.4.2. Todos os materiais e equipamentos deverão ser novos, em perfeitas condições de uso e com certificação do **INMETRO**, conforme item **6.3.4** do ETP nº 120/2025.

5.4.3. A contratada será responsável por **todas as despesas acessórias** relacionadas à execução dos serviços, incluindo transporte, frete, substituição de equipamentos, ferramentas de fixação, materiais de instalação e deslocamento de pessoal técnico, nos termos do item **6.3.7** do ETP nº 120/2025.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as características e levantamentos descritos no **item 8 do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025**, cujas informações permitiram estimar os quantitativos e parâmetros técnicos necessários à contratação

5.5.1. A **metodologia de cálculo** baseou-se no **mapeamento operacional** realizado pela Coordenadoria de Almoxarifado (Despacho nº 210/2024), que identificou os pontos de consumo e a densidade de usuários em cada bloco e setor da UFAC.

5.5.2. A **demanda estimada** foi dimensionada conforme a seguinte distribuição:

- **Campus Sede (Rio Branco/AC):** 160 purificadores de água e 30 bebedouros industriais acessíveis;
- **Campus Floresta (Cruzeiro do Sul/AC):** 30 purificadores de água e 10 bebedouros industriais acessíveis;
- **Filtros industriais e dosadores automáticos:** 13 unidades para o Campus Sede e 5 unidades para o Campus Floresta, totalizando **18 unidades**.

5.5.3. Essa estimativa considerou **uma média de 4 equipamentos por bloco/setor no Campus Sede e 2 por bloco no Campus Floresta**, assegurando ampla cobertura e fácil acesso à água potável em locais de alto fluxo, como o **Restaurante Universitário, Teatro Universitário e Anfiteatros**, conforme o item **8.1** do ETP nº 120/2025.

Especificação[A14] da garantia do serviço

5.14. O prazo de **garantia contratual** dos serviços e equipamentos será **permanente, total e ilimitado durante toda a vigência do contrato**, abrangendo **todas as peças, componentes, acessórios e defeitos de funcionamento**, conforme estabelecido no item **5.3 do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025**.

5.14.1. Durante o período contratual, a contratada deverá realizar, sem qualquer ônus adicional para a Administração, todas as **manutenções preventivas e corretivas**, incluindo a **substituição de componentes e refis**, nos prazos definidos nas cláusulas **5.1.3** e **5.3.1** deste Termo de Referência.

5.14.2. A garantia contratual aqui estabelecida complementa a **garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, não a substituindo, e visa assegurar o **pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o ciclo de vida do contrato**.

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.17. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas, a serem executadas sob supervisão direta da fiscalização da UFAC:

5.17.1. Apresentação de relatório técnico final, consolidando todas as manutenções realizadas, substituições de equipamentos, trocas de refis e **laudos mensais de potabilidade da água** relativos ao último trimestre de execução, devendo ser encaminhado à fiscalização **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência contratual**, a fim de permitir análise e eventual correção de inconformidades.

5.17.2. Retirada ordenada dos equipamentos locados (purificadores, bebedouros, filtros e dosadores automáticos) nos locais designados pela Administração, em cronograma previamente aprovado pela fiscalização, garantindo a **continuidade do fornecimento de água até a completa substituição ou desligamento controlado**.

5.17.3. Entrega de termo circunstanciado de encerramento contratual, a ser elaborado em conjunto pela contratada e pela fiscalização, contendo:

- a) registro fotográfico dos pontos atendidos;
- b) checklist físico e operacional dos equipamentos;
- c) comprovantes de **destinação ambientalmente adequada** dos refis e peças substituídas (conforme **Lei nº 12.305/2010 – PNRS**); e
- d) **declaração formal de inexistência de pendências técnicas, financeiras ou administrativas**.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado [deverá] ~~ou [não necessitará]~~ manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Acompanhamento das manutenções preventivas e corretivas, verificando a execução conforme cronograma estabelecido nos itens **5.1.3** e **5.3.1** deste Termo de Referência, bem como a reposição de refis e componentes, conforme o item **5.3.1, alínea “b”**.

6.16.2. Análise e validação dos laudos mensais de potabilidade da água, emitidos por laboratório credenciado, assegurando o cumprimento dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos estabelecidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021**, e determinação de correções imediatas caso sejam identificadas inconformidades.

6.16.3. Avaliação dos relatórios trimestrais de manutenção e desempenho operacional, verificando a frequência das intervenções, o descarte ambientalmente adequado dos refis e peças substituídas, em conformidade com a **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

6.16.4. Registro e controle das ocorrências no histórico do contrato no SEI, incluindo manutenções realizadas, notificações, prazos de correção e recebimento dos relatórios técnicos, garantindo rastreabilidade e conformidade documental.

6.16.5. Participação na vistoria final e elaboração do termo circunstanciado de encerramento contratual, conforme o item **5.17.3** deste Termo de Referência, assegurando que todos os equipamentos sejam retirados ou substituídos sem prejuízo à continuidade do serviço.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Acompanhamento dos prazos de vigência contratual, bem como dos aditivos e apostilamentos;

6.33.2. Conferência dos **laudos mensais de potabilidade da água** e dos **relatórios trimestrais de manutenção**, assegurando que estejam de acordo com os itens **5.1.3** e **5.3.1** deste Termo de Referência;

6.33.3. Registro no SEI das comunicações, notificações, relatórios e ocorrências administrativas relacionadas à execução contratual;

6.33.4. Encaminhamento ao gestor do contrato das situações que demandem análise financeira, jurídica ou medidas corretivas;

6.33.5. Apoio à fiscalização técnica quanto à verificação da **garantia contratual**, à **destinação ambientalmente adequada de materiais e refis substituídos** e ao **encerramento do contrato**, conforme item **5.17** deste Termo de Referência.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, **com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.**

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará **o disposto nesta seção**, considerando a entrega dos itens contratados e a comprovação da execução dos serviços por meio de **relatório técnico mensal**, conforme previsto no ETP nº 120/2025.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. O pagamento será realizado mensalmente, em valor fixo, conforme previsto na proposta vencedora, já englobando todas as atividades previstas no objeto, incluindo manutenção preventiva, manutenção corretiva, reposição/substituição de filtros, refis, peças, componentes e demais insumos necessários.

7.5.2. A medição mensal será realizada com base na apresentação do relatório técnico mensal, contendo:

- a) unidades atendidas;
- b) intervenções realizadas;
- c) peças/substituições efetuadas;
- d) condições encontradas;
- e) pendências e correções executadas.

7.5.3. Não haverá pagamento adicional por demanda, por quantidade de insumos utilizados ou por atendimentos corretivos, uma vez que todos os serviços e materiais necessários estão compreendidos no valor mensal contratado.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal ~~ou [indicar os eventos ou etapas para fins de faturamento]~~[A6] .

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.[A9]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/11/2025.

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. [A30]

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO]; sob a forma ELETRÔNICA, para Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR GRUPO].

Regime de Execução[A2]

9.3. O regime de execução do objeto será de **fornecimento e prestação de serviço associado**, conforme item 2.2.1 do Estudo Técnico Preliminar nº 120/2025.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.35. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica (A21)

- 9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.39. Registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente (CREA, CRQ, CRT ou equivalente, conforme o caso), em plena validade, conforme as atividades técnicas a serem desempenhadas no âmbito da execução contratual.**

9.39.1. Caso os laudos mensais de potabilidade sejam executados por **laboratório terceirizado**, deverá ser apresentada **comprovação de credenciamento do laboratório junto ao CRQ** ou órgão equivalente, e cópia da **anotação de responsabilidade técnica (ART) ou equivalente** referente ao serviço.

9.39.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante o CREA ou o CRQ, conforme a atividade exercida.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. *Apresentação de atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços de locação e/ou manutenção de purificadores de água ou equipamentos similares, demonstrando a gestão de quantitativo mínimo de **95 (noventa e cinco) unidades**, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada para o item de maior relevância desta contratação.*

9.41.1.2. Os atestados deverão comprovar que o fornecedor executou serviços que envolvam instalação, substituição de refis e manutenção preventiva/corretiva de purificadores de água ou bebedouros, incluindo a coleta de amostras e emissão de laudos de potabilidade realizados por laboratório próprio ou terceirizado.

9.41.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Rio Branco e/ou Cruzeiro do Sul – AC, o que deverá ser comprovado até a data de início da execução contratual, conforme cronograma previsto no item 5.1.1 deste Termo de Referência.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. Para o **Responsável Técnico Químico**, com registro ativo no **Conselho Regional de Química (CRQ)**, serviços de **análise e emissão de laudos de potabilidade da água**, conforme a **Portaria GM/MS nº 888/2021**;

9.45.2. Para o **Responsável Técnico de Manutenção**, com registro ativo no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** ou em outro conselho profissional devidamente competente, podendo ser **Engenheiro Mecânico, Engenheiro Eletricista ou Técnico Industrial em Refrigeração, Mecânica ou Elétrica**, devidamente habilitado e com **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Termo de Responsabilidade Técnica (TRT)** válido, conforme o caso.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, **desde que devidamente registrado(s) no conselho profissional competente e devidamente** aprovada pela Administração[A32] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.46. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior.

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A33]

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.449.600,00 (um milhão, quatro centos e quarenta e nove mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas ~~[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]. [A1]~~

Rio Branco, AC, 11 de novembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

(NÃO SE APLICA)

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital OU Aviso de Contratação Direta**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAILTON ALBUQUERQUE DE FARIAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 12:08:40.

ARLEM VIEIRA CAVALCANTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 11:56:43.